

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Produção industrial tem 2a. queda mensal seguida em agosto	2
Título: Não há nada que justifique crise com os EUA, diz ministro	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Governo planeja elevar pagamento a térmicas e repassar alta à conta de luz	4
Título: Indústria cai 0,3% em agosto puxada por derivados do petróleo	6
Título: » Verde.....	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Preço do gás pode subir na sexta-feira.....	8
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Destaques	9
Título: Enel troca comando no Brasil e muda plano na Eletropaulo.....	9
Título: EDP Brasil vai construir usina solar de 5 MWp para o Banco do Brasil em MG	11
Título: Estatal dispara e Ibovespa recupera os 81 mil pontos	13
Título: Produtores da Índia ampliam pressão por apoio do governo	14
Título: Construtoras vão à Justiça por reajuste em preço do asfalto	15

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/10/2018****Seção: Economia****Autor: Daiane Costa****Título: Produção industrial tem 2a. queda mensal seguida em agosto**

Derivados de petróleo puxaram retração do setor, que não tinha 2 recuos sucessivos há quase 3 anos

A recuperação da indústria perdeu força, e, após queda de 0,1% em julho, a produção caiu novamente em agosto, 0,3%, na comparação mensal. Desde o fim de 2015, o setor não ficava dois meses seguidos no vermelho. A retração deste mês foi motivada, principalmente, pelo recuo da produção de derivados de petróleo e biocombustíveis, influenciado pela paralisação da Refinaria de Paulínia, em São Paulo, após uma explosão. Mas também houve uma maior disseminação dos resultados negativos entre as atividades, mostrou ontem o IBGE.

— Passada a volatilidade da greve dos caminhoneiros, vimos um arrefecimento da produção e um maior espalhamento de resultados negativos, afetando segmentos que correspondem a 80% do setor — comentou André Macedo, gerente de Indústria do IBGE, em referência aos grupos de bens intermediários e de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, que caíram, respectivamente, 2,1% e 0,6%.

Com o resultado de agosto, a produção industrial acumula expansão de 2,5% no ano e de 3,1% em 12 meses.

Para Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), 2018 caminha para ser um ano "perdido", tendo em vista que as projeções apontam para um desempenho próximo do registrado no ano passado, quando o setor cresceu 2,5%. Ele destaca algumas razões para o desempenho aquém do esperado:

— Só tivemos projetos marginais de investimentos, para modernização e proteção de competitividade; o BNDES diminuiu financiamentos; e a redução dos juros não foi repassada para as tarifas finais. Além disso, a capacidade ociosa ainda é alta, porque o desemprego inibe o consumo.

REDUÇÃO EM 14 ATIVIDADES

Das 26 atividades pesquisadas, 14 tiveram queda. Além dos derivados de petróleo, que caíram 5,7%, os setores de bebidas (-10,8%), extrativo (-2,0%) e de produtos alimentícios (-1,3%) também impactaram negativamente. Entre as influências positivas, estão os segmentos de veículos (2,4%), farmacêutico (8,3%) e de equipamentos de informática e produtos eletrônicos (5,1%).

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/10/2018

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira

Título: Não há nada que justifique crise com os EUA, diz ministro

Chanceler Aloysio Nunes minimiza declaração de Trump sobre tratamento a empresas americanas. Embaixador afirma que Brasil é "ficha limpa" no comércio

BRASÍLIA- O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, minimizou a declaração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, feita na segunda-feira, de que o Brasil trata mal as empresas americanas e que, por isso, buscará um comércio "mais justo" para os EUA. Nunes disse que o episódio não justifica uma crise.

— Não é um assunto dramático. A relação econômica é positiva e proveitosa para os dois lados. Podemos ter um ou outro contencioso, mas nada que justifique uma crise — disse o ministro ao GLOBO.

BARREIRAS PROTECIONISTAS

Ao discursar sobre o novo acordo que substituirá o Nafta, na América do Norte, Trump incluiu o Brasil e a Índia no rol de países com os quais é difícil negociar acordos comerciais. Disse que os brasileiros "cobram de nós o que querem" e que as empresas americanas se queixam de que o país está entre os "mais duros" do mundo.

— As regras brasileiras para a proteção de propriedade intelectual estão em funcionamento e, se considerarmos o intercâmbio de comércio e investimentos, não dá para singularizar o Brasil como um país que pode ter práticas desleais em relação às empresas americanas. O Brasil é um país ficha limpa — afirmou o embaixador brasileiro em Washington, Sergio Amaral.

O diplomata vai divulgar, nesta semana, em versões em português e inglês, um estudo elaborado em agosto denominado "Desafios e oportunidades à exportação de produtos brasileiros aos Estados Unidos". O levantamento enumera as principais barreiras enfrentadas pelos exportadores brasileiros nos EUA.

Elas estão nos setores agrícola, siderúrgico, de alumínio, têxteis e confecções. São subsídios e programas de apoio à produção e exportação concedidos pelo governo dos EUA, quotas tarifárias, proibições fitossanitárias, picos tarifários e entraves técnicos sobre bens e serviços que dificultam o ingresso no mercado americano.

— O que queremos mostrar é que o comércio com os EUA apresenta oportunidades, mas também tem uma série de barreiras protecionistas que cobrem grande quantidade de produtos — disse o embaixador.

O material é dividido em três partes: desafios, problemas que já foram resolvidos e oportunidades que podem ser aproveitadas nos EUA. No último caso, são citados como exemplos bioativos (nutrientes, sais minerais e alimentos funcionais), carne suína, vinhos e etanol, além de comércio eletrônico e educação à distância.

Sobre o tratamento dado a empresas brasileiras que estão nos EUA, o estudo cita o Buy American, programa de incentivo à indústria americana. O setor público só adquire produtos cuja composição for, em sua maioria, de insumos fabricados nos EUA.

Em propriedade intelectual, a legislação americana permite sanções comerciais unilaterais, se houver suspeita de violação de direitos industriais. Os agentes alfandegários têm autonomia para suspender ou reter mercadorias. Já os investimentos estrangeiros enfrentam restrições específicas. Os setores mais afetados são bancários, aeronáutico, de transporte marítimo, mineração, energia, de propriedade de terra, comunicações e compras governamentais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Governo planeja elevar pagamento a térmicas e repassar alta à conta de luz

A ideia é viabilizar a operação de três usinas para preservar reservatórios, segundo ministério

São Paulo - O governo federal planeja aumentar a remuneração de três usinas térmicas movidas a gás natural, para viabilizar seu acionamento. A medida deverá elevar a conta de luz dos consumidores.

Uma consulta pública sobre o tema foi aberta nesta terça-feira (2) e ficará aberta por cinco dias, até o dia 6 de outubro, véspera do primeiro turno das eleições.

As usinas térmicas são acionadas quando os reservatórios estão baixos e é preciso compensar a queda na geração hidrelétrica.

Esse acionamento é o principal responsável pelo aumento no preço da energia, mas ajudam a preservar os reservatórios de água em tempos de secas prolongadas.

A proposta do governo apresentada nesta terça é direcionada a três usinas: a térmica de Uruguaiana, da AES; a térmica de Araucária, da Copei (Companhia Paranaense de Energia) e a térmica de Cuiabá, controlada pela Àmbar, do grupo J&F.

Esta última foi centro do escândalo envolvendo Joesley Batista, que teria oferecido propina para que a Petrobras liberasse o gás natural à usina, segundo a delação premiada do empresário.

Hoje, essas três usinas estão sem contrato abastecimento de gás natural. A ideia do governo é dar condições para que elas possam ser novamente acionadas.

Para isso, seria elevada remuneração, em caráter excepcional, até 30 de abril de 2019.

O pagamento, que normalmente remunera apenas os custos variáveis da usina (que são pagos de acordo com a energia gerada), passaria a incluir também os custos fixos do empreendimento.

Além disso, elas ficariam isentas de penalidade caso haja falhas no suprimento de combustível (gás natural).

As empresas também ganhariam prioridade na fila de pagamento nas operações do mercado de curto prazo —que atualmente está travado por uma briga judicial, que tem levado a uma alta inadimplência e a uma disputa para receber os pagamentos.

Segundo anota técnica publicada pelo ministério, essas térmicas poderiam "apresentar custos competitivos (...), quando comparadas ao parque térmico operacionalmente disponível e também às usinas termelétricas que vem sendo despachadas".

No entanto, analistas ouvidos pela Folha preveem que a medida trará um aumento na conta de luz.

Esse impacto será de 0,15% até abril de 2019, segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que não deu mais detalhes sobre o cálculo.

O governo também argumenta que a medida é necessária para dar segurança energética ao país, devido ao nível baixo dos reservatórios.

Segundo a ONS (Operadora Nacional do Sistema Elétrico), a situação hídrica do país até o fim do ano atingirá um patamar mais baixo do que o nível de 2014, quando ocorreu o pior armazenamento em novembro nos últimos 20 anos.

Nesta segunda (1º), o governo já havia proposto a retomar de uma outra termelétrica, em Fortaleza, operada pela italiana Enel. A ideia é que a usina seja acionada por 90 dias com um preço adicional, que também deverá ser repassado aos consumidores.

Para Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil, a retomada da usina de Fortaleza faz sentido, pois a outra opção seria acionar usinas ainda mais caras. Ele ainda não fez cálculos para as outras três usinas que o governo pretende retomar.

Outro analista consultado avalia que a medida soluciona o problema das companhias e repassa a conta aos consumidores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/10/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Indústria cai 0,3% em agosto puxada por derivados do petróleo

São Paulo - A indústria brasileira foi pressionada em agosto pelos bens intermediários e registrou contração inesperada no mês em meio a um ambiente de atividade econômica fraca e incertezas eleitorais.

A produção industrial caiu 0,3% em agosto na comparação com o mês anterior, de acordo com os dados divulgados nesta terça-feira (2) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado foi o segundo negativo após queda de 0,1% em julho, o que não acontecia desde o fim de 2015.

O dado também contrariou a projeção em pesquisa da Reuters com economistas de alta de 0,2%. Pesquisa da Bloomberg previa crescimento de 0,3% no mês.

"Desde setembro a dezembro de 2015, não se via dois meses em sequência de resultados negativos", explicou o gerente da pesquisa, André Macedo.

A leitura mensal foi pressionada principalmente pela queda de 2,1% na produção de bens intermediários, interrompendo dois meses consecutivos de alta.

Na variação, dos 26 setores analisados, 14 apresentaram taxas negativas. O destaque ficou por coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, grupo que teve redução de 5,7% na comparação de agosto com julho.

Essa queda interrompe o comportamento positivo que este segmento apresentava desde março de 2018.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: » Verde.

Coluna do Broadcast

O Santander Asset Management vai lançar um fundo de investimento em infraestrutura focado, principalmente, no setor de energia e atendendo aos critérios de responsabilidade ambiental, social e de governança, conhecido como ESG. A ideia é captar entre R\$ 200 milhões e R\$ 500 milhões. Miguel Ferreira, que comanda a gestora, prevê estruturar o fundo até o fim deste ano.

» Renovável.

Projetos de energia limpa e renovável devem ser um dos focos principais de destino dos recursos captados pelo fundo, nos quais os ativos serão

selecionados segundo critérios ESG. A escolha desse segmento vem também do fato de o Santander ter um histórico de suporte a projetos do setor. Atualmente, a gestora do banco tem uma carteira de crédito corporativo ligado à geração e transmissão de energia de cerca de R\$ 4 bilhões.

COM LUCIANA COLLET

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/10/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Santa Rita

Título: Preço do gás pode subir na sexta-feira

Às vésperas das eleições, a Petrobras deve anunciar novo reajuste para o gás de cozinha (GLP). A expectativa é de que o novo valor seja divulgado na sexta-feira e que afete significativamente o bolso do consumidor. Vendido a mais de R\$ 100 no Distrito Federal, o preço do botijão deve elevar a inflação. “Esse reajuste pode ser uma paulada no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)”, afirmou o economista Carlos Thadeu Filho. Ele explica que, com a forte alta do petróleo, a expectativa é de que chegue ao preço do gás, um dos itens mais importantes para a cozinha do brasileiro. Segundo o relatório Focus, do Banco Central, lançado em 1º de outubro, a projeção para o IPCA deste ano passou de 4,28% para 4,30% nesta semana.

O percentual de reajuste ainda não foi definido e divide economistas. Thadeu acredita que, pelo cenário atual, existe potencial para o preço subir de 15% a 20%. Segundo ele, há pressão do próprio mercado para o aumento. “Quem tem ações da Petrobras vai passar a se perguntar sobre o reajuste. Resta saber quanto vai subir e quando”, questiona, certo de que o impacto na carestia será alto.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBie), Adriano Pires, o reajuste deve ser pequeno. “Pelos minhas contas, vai ficar perto de 0,05% de alta. Praticamente nada”, comentou. Pires defende que se reveja a política de subsídios, que beneficia tanto ricos quanto pobres. “Deveria haver um sistema semelhante ao vale-transporte. Quem teria acesso seriam as pessoas mais carentes. Isso funcionaria melhor”, criticou.

Pablo Spyer, diretor da corretora Mirae Asset, entende que não há motivos para que o reajuste não aconteça por causa da eleição. “Eu acho que o preço, em geral, tende a aumentar”, analisou. Spyer reafirma que os valores internacionais estão em alta. O dólar, mesmo operando abaixo dos R\$ 4, está em um patamar

que influencia na cotação do produto. “Não tem jeito, com o mercado assim, o reajuste é necessário”, ressaltou. Para ele, o aumento deve ser um pouco menor do que 20%.

Para o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Fábio Bentes, a elevação do prelo pode ser adiada de sexta-feira por conta das eleições. Porém, pode vir mais forte em janeiro. O desempregado Ademar dos Reis Santos, 27 anos, vive de bicos e, pelo preço do produto, só usa gás para cozinhar quando dá. “A gente tem pouco dinheiro até para a comida. Gás acaba sendo um luxo”, diz.

*** Estagiário sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/10/2018
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Petrobras prevê lucro

Tudo indica que a Petrobras terá "um lucro interessante" em 2018, disse Isabela Rocha, gerente-executiva de relações com investidores da companhia, em talk show on-line promovido pelo Bradesco Corretora. "Está tudo apontando que vamos obter um lucro interessante, então nós temos critérios de distribuição mínima de dividendos", disse. Segundo ela, a companhia pretende reduzir a meta de endividamento medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda para 1,5 vez.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	03/10/2018
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito, Camila Maia e Renato Rostás Do Rio e São Paulo
Título:	Enel troca comando no Brasil e muda plano na Eletropaulo

A gigante italiana Enel anunciou ontem um conjunto de mudanças no comando de suas atividades na América Latina. No Brasil, o engenheiro Nicola Cotugno será o novo "country manager" - principal cargo executivo no país -, no lugar de Carlo Zorzoli, que voltará à Itália para assumir nova função como responsável

global de desenvolvimento de negócios da Enel Green Power, braço do grupo na área de energias renováveis.

Com a mudança, Zorzoli, que havia sido indicado para a presidência da Eletropaulo, distribuidora paulista cujo controle foi adquirido este ano pela Enel, não assumirá mais o cargo. Até que seja decidido o novo presidente para a distribuidora, continuará no comando da Eletropaulo o atual presidente, Charles Lenzi.

Com relação à diretoria financeira da Eletropaulo, está mantida a indicação de Monica Hodor. Ela assumirá o cargo em 1º de novembro. Ela substituirá Marcelo de Jesus, atual vice-presidente de relações com investidores da distribuidora paulista, que vai assumir a diretoria financeira da Enel no Chile.

Com a vinda de Cotugno para o Brasil, o comando da Enel no Chile ficará com Paolo Pallotti, que era, até então, diretor financeiro da Enel Americas. Para o lugar de Pallotti, foi escolhido Aurelio Bustillo, que ocupa atualmente a diretoria financeira da Enel Brasil.

No Brasil, por sua vez, a diretoria financeira vai passar a ser ocupada por Raffaele Grandi, que era diretor financeiro da Enel Chile.

"O Brasil é um dos mercados mais estratégicos para a Enel no mundo e possui, atualmente, a segunda maior base de clientes finais da companhia, atrás apenas da Itália. A mudança na liderança da Enel Brasil é parte de um normal desenvolvimento organizacional e não de uma mudança na estratégia", afirmou Zorzoli, em nota, ao **Valor**.

Antes de assumir como principal executivo da Enel Chile, em 2016, Nicola Cotugno foi presidente da Slovenské Elektrárne, empresa de energia da Eslováquia cujo controle foi adquirido pela Enel naquele ano. Nessa empresa, ele também atuou como chefe de operações e responsável pela área de geração e gestão de energia.

Entre 2000 e 2007, Cotugno ocupou vários cargos em gestão de energia e geração na Enel na Itália e na Espanha. Cotugno é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Sapienza de Roma (Itália) e tem especialização em Negócios pelo Insead (França). Ele assumirá o cargo no fim do mês.

"É um desafio muito grande assumir as operações da Enel no Brasil, país agora muito relevante para o grupo e que encaixa perfeitamente na nossa estratégia global baseada em renováveis, redes de distribuição e digitalização", disse Cotugno, em nota. Segundo ele, a Enel tem acompanhado a evolução do mercado brasileiro, "que vem apresentando oportunidades de negócio."

Carlo Zorzoli assumiu o comando da Enel no Brasil em abril de 2016. Sob sua gestão, a empresa mudou de patamar no país, ampliando seu número de clientes na área em distribuição para 17 milhões, após a aquisição da Celg Distribuição (atual Enel Distribuição Goiás) e Eletropaulo, e tornando-se o maior grupo de distribuição de energia do país.

A compra da distribuidora paulista foi fruto de uma disputa acirrada com o grupo espanhol Iberdrola, da qual saiu vencedora com oferta superior a R\$ 7,5 bilhões, considerando 100% da empresa.

Também durante a gestão de Zorzoli, a Enel Green Power ampliou sua capacidade instalada no Brasil, a partir da aquisição da hidrelétrica de Volta Grande (MG), por R\$ 1,4 bilhão, que pertencia anteriormente à Cemig, e do início de operação do complexo hidrelétrico de Apiacás (MT). A empresa também expandiu seu portfólio de projetos em energia solar e eólica.

Em geração renovável, a Enel tem uma capacidade instalada total de cerca de 2,9 gigawatts (GW) no Brasil, dos quais 842 MW de energia eólica, 819 MW de energia solar e 1.270 MW de energia hidrelétrica. Além disso, a Enel Green Power também tem mais de 1 GW de projetos em execução no país, conquistados em leilões em 2017.

O Grupo Enel também opera no Brasil a termelétrica Enel Geração Fortaleza (CE), a transmissora Enel Cien (RS) e uma empresa de soluções energéticas, a Enel X.

Mundialmente, possui potência 86 GW e 72 milhões de clientes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: EDP Brasil vai construir usina solar de 5 MWp para o Banco do Brasil em MG

A EDP Brasil venceu uma concorrência para construir uma usina solar fotovoltaica de 5 megawatts-pico (MWp) para o Banco do Brasil, em um contrato de geração distribuída na modalidade de aluguel dos equipamentos. O contrato, de R\$ 45 milhões por 15 anos, é essencial para o posicionamento estratégico da companhia portuguesa no segmento de prestação de serviços no Brasil.

"Esse é um mercado de crescimento exponencial", disse Miguel Setas, presidente da EDP Brasil, se referindo ao setor de geração distribuída solar fotovoltaica.

A usina, que terá mais de 15 mil painéis fotovoltaicos, será construída em Januária, no norte de Minas Gerais, com capacidade de geração de 11 gigawatts-hora (GWh) por ano, energia suficiente para atender 58 agências do Banco do Brasil no estado. Os envolvidos estimam que o contrato vai permitir ao banco uma economia de 58% na conta de energia dessas unidades ao longo dos 15 anos, o que representa redução de R\$ 82 milhões nas despesas do banco ao longo do período. A usina deve levar de 10 a 12 meses para ficar pronta.

A iniciativa faz parte da estratégia do Banco do Brasil de reduzir suas despesas com energia, hoje da ordem de R\$ 400 milhões por ano, em cerca de 30% nos próximos cinco anos, explicou Nilson Moreira, diretor de Suprimentos e Infraestrutura e Patrimônio do banco. O primeiro passo se deu na migração de 24 unidades consumidoras para o mercado livre de energia, anunciada no primeiro semestre. A EDP Brasil também foi vencedora dessa licitação, ao apresentar uma proposta que permitirá ao banco poupar R\$ 50 milhões em despesas com energia em cinco anos, 30% da conta das unidades.

"Para nós, essa é uma aposta estratégica, e essa relação com o Banco do Brasil é simbólica, um cartão de visita para outros", disse Setas, destacando que a companhia não teve nenhuma vantagem na segunda licitação por ter vencido a primeira. O financiamento da construção da planta solar será feito com capital próprio da EDP Brasil. O empreendimento será alugado ao BB durante a validade do contrato, que poderá ser estendido por outros 10 anos.

Minas Gerais foi o primeiro estado escolhido pelo Banco do Brasil e também pela EDP Brasil para um projeto deste porte por suas vantagens no segmento de geração distribuída. O Estado tem uma tarifa elevada, o que potencializa a economia resultante da geração própria. Além disso, tem índices de insolação excelentes, e oferece isenção de ICMS.

A EDP Brasil investiu R\$ 10 milhões ano passado em geração distribuída e prevê aportar R\$ 100 milhões neste ano, a fim de se posicionar estrategicamente no segmento, que tende a ter um crescimento acelerado no país, segundo especialistas. Atualmente, a companhia avalia oportunidades de investimentos no país, e tem planos avançados para um projeto de auto-produção de energia solar também em Minas Gerais, de tamanho maior que o contratado pelo BB.

O Banco do Brasil, por sua vez, está identificando outras unidades que poderão migrar para o mercado livre, ao mesmo tempo em que avalia a construção de mais usinas de geração distribuída. Segundo Moreira, o banco estatal espera

construir outras duas usinas solares em Minas Gerais, e avalia também expandir o mesmo modelo para projetos em Goiás, Distrito Federal, Pará, Maranhão, Bahia e São Paulo. Para esses projetos, devem ser colocados novos editais na rua já no próximo ano.

"Todas essas iniciativas vão nos ajudar a economizar nas despesas com energia, junto com outros movimentos do banco, como troca de lâmpadas por luminárias de LED, ações de modernização e redução de desperdício e outras instalações de eficiência", disse Moreira. "Estamos sendo uma referência nesse âmbito, todos estão estudando o assunto", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/10/2018

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Estatal dispara e Ibovespa recupera os 81 mil pontos

Com o crescimento das chances de vitória de uma chapa de direita no Brasil na eleição presidencial, as estatais voltaram a se destacar na bolsa. O chamado "kit eleição", grupo de ativos mais sensível ao noticiário eleitoral e que vinha sofrendo com a cautela do investidor, garantiu o avanço do Ibovespa aos maiores níveis em quase cinco meses.

Para especialistas, ações de empresas estatais e de companhias que atuam em setores regulados, como o elétrico, são particularmente sensíveis ao desfecho das eleições, dada a percepção de que o novo governo terá influência direta no futuro dessas empresas. Papéis de companhias mais expostas à dinâmica econômica local, como varejistas, e de liquidez elevada, como bancos, também responderam com bastante intensidade às perspectivas políticas.

A maior alta do Ibovespa ontem foi da ação ordinária (ON) da Eletrobras, de 11,45%, enquanto a preferencial classe B (PNB) subiu 9,96%. Entre os bancos, a ON do Banco do Brasil valorizou 8,62%, enquanto Petrobras PN teve alta de 6,95%; Petrobras ON ganhou 6,45%. Só três companhias fecharam ontem em queda no Ibovespa: Ambev (0,98%), Fibria (1,93%) e Suzano (3,75%). Mesmo a Embraer, que também é uma empresa com receitas atreladas ao dólar, reagiu bem ao Ibope: a ação da fabricante de aeronaves subiu 2,18%, confiante de que a chapa de Bolsonaro, que tem um discurso pró-privatização, prossiga com o processo de combinação com a Boeing.

Em termos de giro, Petrobras PN teve a maior movimentação, com R\$ 2,85 bilhões. Somados, os volumes negociados dos 12 papéis do "kit eleição"

representaram quase metade do volume total do Ibovespa, que teve ontem um dos maiores montantes negociados do ano, de R\$ 13,97 bilhões.

A mudança de humor do mercado após a divulgação do Ibope levou os investidores a fazerem apostas na continuidade de alta de algumas ações negociadas na bolsa - e a Petrobras foi a que melhor capturou essa perspectiva. Os contratos de opção com maior movimento financeiro ontem foram de compra de ações preferenciais da petroleira que, juntos, tiveram um giro 40 vezes superior ao negociado no pregão anterior.

Os seis contratos de Petrobras PN tinham giro financeiro de R\$ 158,5 milhões, contra R\$ 3,9 milhões negociados na véspera. Os contratos são todos opções de compra ("call") da Petrobras com vencimento em outubro. O maior volume financeiro era da opção de compra de Petrobras PN a R\$ 21,92. Esse contrato operou em alta de 130% no dia. No segundo maior giro ficou o contrato de compra de Petrobras PN a R\$ 22,92, que avançou 152%.

A euforia do mercado não é um movimento excessivo, mas sim uma volta das apostas do investidor no Brasil e uma tentativa de antecipar o resultado do segundo turno das eleições, afirma Eric Hatisuka, gestor da Rosenberg Investimentos. Para ele, a pesquisa Ibope animou os investidores a saírem da "fila de espera" e o posicionamento tímido nos ativos deu lugar à leitura de que não dá para ficar para trás em caso de vitória da chapa de Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, porém, o gestor da Rosenberg nota uma chance de aumento da instabilidade nos próximos dias, já que as próximas pesquisas precisam confirmar os cenários que estão sendo precificados. "Os investidores estão tentando se posicionar para antecipar uma migração do Brasil para a resolução dos problemas, especialmente na frente fiscal. Se houver um abandono dessa retórica, especialmente depois do primeiro turno, então acredito num crescimento da volatilidade", diz o gestor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/10/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Produtores da Índia ampliam pressão por apoio do governo

Milhares de produtores da Índia realizaram ontem uma grande manifestação em Nova Déli, a capital do país, para pressionar o governo a conceder mais apoio ao setor rural. O protesto aconteceu mesmo após o recente anúncio de um pacote de subsídios a diversas culturas, incluindo cana. Parte dos

agricultores tentou romper barricadas policiais com tratores, e policiais reagiram com bombas de gás lacrimogênio e jatos d'água. Diversos produtores ficaram feridos.

De acordo com informações de agências internacionais, os produtores reivindicam, entre outras medidas, o perdão de dívidas, o aumento dos preços mínimos, a redução dos custos com energia elétrica e combustíveis e o pagamento pela cana-de-açúcar fornecida às usinas, que está atrasado.

Para tentar acalmar os ânimos, o governo recebeu porta-vozes dos produtores e aceitou conceder alguns dos pedidos apresentados, mas não se comprometeu com o perdão de dívidas nem com o aumento de preços mínimos.

A situação é particularmente delicada porque, em meio à pobreza no campo, a Índia vive uma crise de suicídios entre produtores e trabalhadores rurais que já dura anos. Segundo dados oficiais citados pelo jornal "Indian Express", 6.351 agricultores se suicidaram no país em 2016.

No segmento canavieiro, o descontentamento dos agricultores neste momento torna complicada a situação do governo indiano, que também está sofrendo pressões no front externo por causa dos subsídios recém-anunciados para incentivar as exportações de açúcar, incluindo apoio à exportação de 5 milhões de toneladas. Na sexta-feira, associações de produtores de açúcar de oito países - entre os quais o Brasil -, defenderam que seus governos acionem a Índia na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Índia também passou a ser alvo da pressão americana. Em discurso na segunda-feira, o presidente americano Donald Trump disse que o governo da Índia era o "rei das tarifas", mas acrescentou que o país se dispôs a iniciar negociações sobre um acordo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Construtoras vão à Justiça por reajuste em preço do asfalto

Alertando sobre o risco de paralisia das obras em estradas federais, três grandes entidades da construção entram hoje na Justiça Federal com um pedido de liminar que obrigue o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a reequilibrar seus contratos, distorcidos pelo reajuste acumulado de 64% nos preços do asfalto desde o início deste ano. A ação será protocolada em

Brasília pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), pela Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor) e pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon).

Fornecedora única no país de cimento asfáltico de petróleo e de outros insumos betuminosos, a Petrobras mudou sua política de preços em janeiro. Ela fazia reajustes duas vezes por ano e passou a adotar correções mensais com base na variação cambial, na cotação internacional do petróleo e nos seus próprios custos de transação. Mais recentemente, em agosto, anunciou que aplicará aumentos trimestrais.

As empreiteiras afirmam que pelo menos 400 contratos firmados pelo Dnit para intervenções na malha rodoviária federal estão em risco atualmente. Só em obras de conservação do pavimento são contratos que somam R\$ 3,1 bilhões. Os gastos com material asfáltico podem chegar a 25% do custo total das empresas.

Os contratos do Dnit têm valores atualizados uma vez por ano para compensar as empreiteiras pelo aumento de custos nos 12 meses anteriores. O problema, segundo as construtoras, é que os sucessivos reajustes do asfalto causam um desequilíbrio no fluxo de caixa porque suas despesas crescem mês a mês - enquanto as receitas demoram a aumentar.

"Batemos em todas as portas possíveis em busca de uma solução pela via do diálogo", afirma o presidente do Sinicon, Evaristo Pinheiro. As empreiteiras procuraram o próprio Dnit, o Ministério dos Transportes, a Casa Civil e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A tentativa era de um reequilíbrio para permitir que seus contratos incorporassem os reajustes do asfalto mais frequentemente, a cada mês, ou de três em três meses. "Infelizmente, não conseguimos construir uma saída que desse conforto jurídico suficiente aos gestores públicos."

De certa forma, o quadro financeiro das construtoras se assemelha ao das distribuidoras de energia, antes do advento das bandeiras tarifárias. Quando as usinas térmicas eram acionadas, elas passavam a pagar o custo de uma eletricidade bem mais cara, mas só podiam repassar esse gasto adicional aos consumidores quando obtinham autorização para aumentar as contas de luz, na data de aniversário dos contratos. Com isso, carregavam essa despesa por até um ano, antes de equalizarem o caixa.

Nas conversas com o governo, executivos do setor saíram com a impressão de que as autoridades entendem o problema e concordam com a necessidade de reequilíbrio dos contratos. "Mas o administrador público tem receio de responder por questionamentos futuros de órgãos de fiscalização e controle",

diz o presidente da comissão de obras públicas da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge. "É o que ficou conhecido como apagão das canetas."

Na ação judicial, movida pelo VGP Advogados, as construtoras pedem uma liminar obrigando o governo a reequilibrar os contratos - sem, no entanto, dizer como isso deve ser feito. Acredita-se que, com base em eventual decisão da Justiça, os gestores sintam conforto jurídico para assinar aditivos aos contratos atuais.

Lima Jorge lembra que todos os candidatos à Presidência da República falam, cada um à sua forma, sobre a necessidade de mais investimentos em infraestrutura e mais segurança jurídica. Nesse caso, segundo ele, fica nítida a contradição. "Há um claro desequilíbrio configurado e as empresas estão tendo que reduzir seus trabalhos, enquanto a situação das rodovias se deteriora."

O presidente da Aneor, Ronald Velame, vê risco de "quebradeira no setor" se não houver mudanças na forma de correção dos contratos. Isso porque, em sua visão, a Petrobras deve continuar aumentando o asfalto devido à alta do petróleo no exterior e do dólar no Brasil. "Já vemos empresas pedindo paralisação dos serviços e até a rescisão dos contratos."

MME / ASCOM .